Artigo 49.º

Regime de apreensão de bens

Ao processo de apreensão de bens aplicar-se-á o regime geral das contraordenações.

Artigo 50.º

Depósito de bens

Os bens apreendidos serão depositados sob a ordem e responsabilidade da Câmara Municipal, constituindo-se esta como fiel depositária.

Artigo 51.º

Competência sancionatória

1 — O Presidente da Câmara Municipal é competente para determinar a instrução dos processos de contraordenação e aplicar as coimas e as sanções acessórias a que haja lugar relativamente às contraordenações previstas no presente Regulamento, com faculdade de delegação em qualquer dos vereadores, relativamente às matérias que são da sua competência.

2 — A entidade competente para a aplicação da coima e das sanções acessórias nos termos do número anterior incumbe, igualmente, ordenar a apreensão provisória de objetos, bem como determinar o destino a dar aos objetos declarados perdidos a título de sanção acessória.

3 — As receitas provenientes da aplicação de coimas previstas no presente Regulamento revertem integralmente para a Câmara Municipal de Moimenta da Beira.

CAPÍTULO VII

Disposições finais e transitórias

Artigo 52.º

Extinção de feira ou mercado

A Câmara Municipal de Moimenta da Beira pode extinguir qualquer mercado ou feira que se encontre sob a sua gestão por motivo de interesse público, nomeadamente face à melhoria do equipamento comercial da zona ou por razões de reordenamento urbano, sem obrigação de qualquer indemnização aos feirantes.

Artigo 53.º

Taxas

As taxas referidas no presente Regulamento são as previstas na Tabela de Taxas em vigor no Município de Moimenta da Beira.

Artigo 54.º

Dúvidas e omissões

As lacunas, omissões ou dúvidas de interpretação e integração de lacunas suscitadas na aplicação das disposições do presente Regulamento serão preenchidas ou resolvidas pela Câmara Municipal ou, em caso de delegação ou subdelegação de competências, pelo seu presidente ou vereador, respetivamente.

Artigo 55.º

Legislação subsidiária

Em tudo o que não for especialmente previsto no presente Regulamento aplica -se o disposto na legislação em vigor.

Artigo 56.º

Norma revogatória

A partir da data de entrada em vigor do presente Regulamento são revogadas todas as normas e disposições regulamentares anteriores sobre a matéria.

Artigo 57.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entrará em vigor 15 dias após a sua publicação através da afixação de editais nos lugares de estilo e na página eletrónica do Município de Moimenta da Beira.

MUNICÍPIO DE OLHÃO

Despacho n.º 11306/2014

Designação, em comissão de serviço, no cargo de Chefe de Divisão de Gestão Urbanística e Ambiente

Nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004 de 15/01, na redação atual, que aprovou o Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado, aplicável à administração local por força do n.º 1 da Lei n.º 49/2012, de 29/08, foi aberto procedimento concursal com vista ao recrutamento do cargo de direção intermédia de 2.º grau, Chefe da Divisão de Gestão Urbanística e Ambiente, que consta da estrutura orgânica dos serviços municipais publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 227, de 22/11/2013, Despacho n.º 15312/2013.

Cumpridos todos os formalismos legais e concluídos os processos de seleção revistos, o júri do procedimento propôs que a designação recaísse sobre a candidata Ana Maria Canário Frade Trindade, por ter evidenciado os requisitos formais e específicos para a ocupação do cargo a prover e ter demonstrado o perfil adequado e as competências pessoais necessárias para o desempenho das funções de dirigente, nomeadamente no que respeita à experiência e competência técnica na área de atuação da unidade orgânica que será objeto de direção, capacidade de organização e liderança, bem como capacidade de comunicação, relacionamento interpessoal e trabalho de equipa.

Nestes termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 9, 10 e 11 do citado artigo 21.º:

Designo, atento o disposto na alínea *a*) do n.º 2 do artigo 35 do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em comissão de serviço pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, para o cargo de direção intermédia de 2.º grau, como Chefe da Divisão de Gestão Urbanística e Ambiente, Ana Maria Canário Frade Trindade, Técnica Superior.

A presente designação produz efeitos a 1 de agosto de 2014.

Nos termos do disposto no n.º 11 do artigo 21 da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação atual, anexa-se a nota relativa ao curriculum académico e profissional da designada, para conjuntamente com o presente despacho, ser publicado no *Diário da República*.

ANEXO

Nota relativa ao curriculum académico e profissional do designado

Dados Pessoais:

Nome: Ana Maria Canário Frade Trindade;
Data de Nascimento: 17 de março de 1965.

Formação Académica: Licenciatura em Arquitetura, pela Faculdade de Arquitetura de Lisboa da Universidade Técnica;
Experiência Profissional:

De novembro de 1990 a maio de 1991, colaborou em diversos Projetos de Execução elaborados no Atelier de Arquitetura do Arquiteto Caldeira Cabral;

De novembro de 1991 a março de 1992, docente de Educação Visual na Escola C+S de Camarate;

Abril a dezembro de 1992, Estágio APL, como Arquiteta da C. M. de Lisboa;

Janeiro de 1993 a dezembro de 1994, Contrato de Prestação de Serviços na C. M. de Lisboa para a elaboração de projetos de arquitetura para estabelecimentos de ensino municipais — escolas primárias e jardins de infância;

Janeiro a dezembro de 1995, técnica superior com Contrato de Trabalho a Termo Certo na C. M. de Lisboa;

Janeiro de 1996, Prestação de Serviços com a elaboração do Projeto de Execução da Casa do Guarda — Escola n.º 109, na C. M. de Lisboa;

Fevereiro de 1996 a 31 de abril de 1998, Arquiteta Estagiária da C. M. de Lisboa;

De 01/05/1998 a 31/05/2000, técnica superior da C. M. de Tavira;

De 01/06/2000 a 30/09/2009, Técnica Superior, na C. M. de Olhão;

Outubro de 2009 a abril de 2010, coordenadora do setor de Obras Particulares da C. M. de Olhão;

Exerceu o cargo de Chefe de Divisão de Gestão Urbanística, em comissão de serviço de 01/05/2010 até 31/10/2013;

Exerceu o cargo de Chefe de Divisão de Gestão Urbanística, Obras Municipais e Ambiente, em regime de substituição, de 1 a 30 de novembro de 2013;

Exerce, atualmente, funções de Chefe de Divisão de Gestão Urbanística e Ambiente, em regime de substituição desde 1 de dezembro de 2013.

Formação Profissional:

Ao longo do seu percurso profissional frequentou diversas ações de formação, nomeadamente:

Gestão Pública na Administração Local, A Implementação da medida 5.33 do Memorando da troika e o seu Impacto nos Municípios, Igualdade de Géneros, SIADAP 123, Liderança e Gestão de Equipas, Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, Segurança Contra Incêndios em Edifícios, REAL: Sistema de Informação, Regime da Avaliação do Desempenho (SIADAP), o Novo RCCTE e as suas Implicações no Processo de Licenciamento.

1 de agosto de 2014. — O Presidente da Câmara, *António Miguel Ventura Pina*.

308055048

MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS

Aviso n.º 10071/2014

Luís Carlos Piteira Dias, presidente da Câmara Municipal de Vendas Novas, torna público, ao abrigo da competência que lhe confere a alínea *t*) do n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a Câmara Municipal, na sua reunião realizada dia 6 de agosto de 2014, deliberou aprovar uma proposta de alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas Administrativas do Município Vendas Novas, no sentido de submeter a mesma à apreciação pública, para recolha de sugestões, pelo prazo de 30 dias úteis, a contar da data de publicação do presente aviso, para cumprimento do disposto artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo. As sugestões deverão ser formuladas, por escrito e enviadas à Câmara Municipal, dirigidas ao seu presidente, até às 17 horas e 30 minutos do último dia do prazo acima referido.

21 de agosto de 2014. — O Presidente da Câmara Municipal, *Luís Carlos Piteira Dias*.

Alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas Administrativas do Município Vendas Novas

Nota justificativa

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, que simplifica o regime de acesso e de exercício de diversas atividades económicas no âmbito da iniciativa «Licenciamento Zero», impõe-se ao Município diligenciar no sentido de conformar os seus regulamentos ao consagrado naquele diploma legal bem como a elaboração de novos regulamentos.

As alterações agora propostas ao Regulamento de Taxas Administrativas aprovado pela Assembleia Municipal na sua sessão de 18 de dezembro de 2008, sob proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião de 3 de dezembro de 2008 e publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 14, de 21 de Janeiro de 2009, e suas posteriores alterações, resultam dos seguintes regulamentos:

- a) Regulamento Municipal de Estabelecimentos de Alojamento Local do Município de Vendas Novas;
- b) Regulamento Municipal do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços do Município de Vendas Novas;
- c) Regulamento Municipal sobre o Acesso, Exercício e Fiscalização de Atividades Diversas do Município de Vendas Novas;
- d) Regulamento Municipal de Ocupação de Espaço Público e Publicidade do Município de Vendas Novas;
- e) Regulamento Municipal de Atividade de Comércio a Retalho Não Sedentária Exercida por Feirantes e Vendedores Ambulantes do Município de Vendas Novas.

Assim, no uso dos poderes regulamentares conferidos às autarquias locais pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e do estabelecido nas alíneas *b*) e *g*) do n.º 1 do artigo 25.º, conjugado com a alínea *k*) do n.º 1 do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal de Vendas Novas, em reunião de ... de ... de 2014, e a Assembleia Municipal Vendas Novas, em sessão de ... de ... de 2014, aprovaram a presente alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas Municipais Gerais do Município de Vendas Novas.

Artigo 1.º

Alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas

O artigo 21.º da Tabela de Taxas Municipais Gerais do Município de Vendas Novas, a qual faz parte integrante do Regulamento de Taxas Administrativas, passa a ter a seguinte redação:

«CAPÍTULO I

Prestação de Serviços Diversos e Concessão de Documentos

Artigo 21º

Horário de funcionamento dos estabelecimentos

1 — Alargamento de horário de funcionamento de estabelecimentos de venda ao público e prestação de serviço:

- 1.1 — Ocasional — 41,00€
- 1.2 — Permanente — 41,00€»

Artigo 2.º

Aditamento ao Regulamento e Tabela de Taxas

São aditados à Tabela de Taxas do Município Vendas Novas, a qual faz parte integrante do Regulamento de Taxas, os artigos 59.º-A, 76.º-A e 95.º-A, com a seguinte redação:

«CAPÍTULO IV

Feiras e Venda Ambulante

Artigo 59.º-A

1 — Lugares de terrado em feiras em locais fixos:

- 1.1 — Por m² e por dia, com infraestruturas extra — 0,50€
- 1.2 — Por m² e por dia, sem infraestruturas extra — 0,35€
- 2 — Autorização de realização de feira por privados — 94,00€

CAPÍTULO VI

Afixação ou inscrição de mensagens publicitárias

Artigo 76.º-A

Forma de cálculo da taxa

1 — A forma de cobrança da taxa de publicidade resulta dos produtos entre a taxa base, a dimensão ocupada pelo tempo

$$TF = T(f) + [T(b) \cdot F(d) \cdot F(t)]$$

TF — Taxa Final a Pagar;

T(f) — Taxa Fixa;

T(b) — Taxa Base;

F(d) — Fator Dimensão

F(t) — Fator Tempo.

2 —

2.1 — Taxa Fixa — 21,00 €;

2.2 — Taxa Base:

2.2.1 — Suporte publicitário (nos casos em que não é dispensado o licenciamento da afixação ou da inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial) — 20,00 €;

2.2.2 — Veículos particulares, quando não relacionados com a atividade principal do respetivo proprietário — 4,84 €;

2.2.3 — Transportes públicos, quando não relacionados com a atividade principal do respetivo proprietário — 4,84 €

2.2.4 — Veículos utilizados exclusivamente para o exercício da atividade publicitária — 3,54 €;

2.2.5 — Distribuição de panfletos, produtos e outras ações promocionais de natureza publicitária — 2,42 €;

2.2.6 — Fitas anunciadoras, bandeirolas, faixas, pendões e semelhantes (nos casos em que não é dispensado o licenciamento da afixação ou da inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial) — 0,40 €;

2.2.7 — Mupis, mastros-bandeira e colunas publicitárias (nos casos em que não é dispensado o licenciamento da afixação ou da inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial) — 0,69 €;

2.2.8 — Abrigos — 3,54 €;